

UM TRIÂNGULO CONTENCIOSO: NEGROS, BRANCOS BRASILEIROS E IMIGRANTES

MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016. 366p

*D*omingo de carnaval de 1894. Na Fazenda Sant'Anna, município de São Carlos, no Oeste paulista, cinco colonos italianos festejavam no terreiro da fazenda a folia de momo, embalados pela música, dança e bebida. Num determinado momento, o grupo decidiu ir para uma estação ferroviária, onde, em frente a uma venda, continuou a pândega em meio a transeuntes que circulavam pelo local. O “crioulo” Narciso, de aproximadamente 30 anos, fazia uma visita de cortesia ao proprietário da venda, o brasileiro branco Guilherme Hopp. Por volta das seis horas da tarde, Guilherme, com a ajuda de Narciso, começou a fechar a venda. Os italianos pediram mais vinho, e Narciso transmitiu o pedido a Guilherme, mas este se negou, dizendo que a venda estava fechada. Quando o “crioulo” comunicou a recusa aos italianos, obstruindo a porta do estabelecimento, pelo menos quatro deles o atacaram, dando-lhe “tapas e ponta-pés”. Guilherme socorreu Narciso para dentro da casa e fechou a porta. No entanto,

os italianos arrombaram a porta e novamente agrediram o “crioulo” com socos e facadas, “sendo que duas foram bem visíveis, pois que a faca entrando enroscou-se, demorando o assassino em tirá-la”. Guilherme conseguiu puxar Narciso para o interior da casa novamente e o aconselhou que se escondesse na roça de milho, afim de que pudesse escapar da fúria dos italianos. Narciso não resistiu. No dia seguinte, foi encontrado morto no milharal. Os italianos sabiam que Guilherme era quem não queria lhes vender mais vinho, mas atacaram o mensageiro “crioulo”. Algumas semanas depois, Antonio Augusto, um jovem branco brasileiro, deu pancadas num “preto” porque faltou ao trabalho na fazenda onde Antonio atuava como mestre. Em resposta, o “preto” matou Antonio com uma facada.

As interações cotidianas envolvendo os negros, sobretudo os libertos; os brasileiros brancos, principalmente os fazendeiros, seus administradores e as autoridades policiais; e os imigrantes europeus,

especialmente os italianos, o maior grupo de imigrantes, em São Carlos e municípios vizinhos do Oeste paulista (a principal região de produção de café do interior paulista), entre 1880 e 1914 — eis a temática central do livro *A reprodução do racismo*, de Karl Monsma.

As relações entre negros e imigrantes eram ambivalentes, podendo oscilar entre laços de amizade e solidariedade, de um lado, e violência e manifestações de desprezo e hostilidade, de outro. Porém, no decorrer do tempo, elas se tornaram tensas, desembocando em muitas brigas, inclusive com agressões de grupos de imigrantes contra negros isolados em ocorrências que seriam chamadas hoje de “crimes de ódio” ou “crimes de racismo”. Também havia frequente violência entre negros e brasileiros brancos, sobretudo fazendeiros e seus agentes. Quer para os brasileiros brancos como para os imigrantes, as motivações primordiais de boa parte dos conflitos com negros derivavam da recusa destes a aceitar “seu lugar” de subordinado e a mostrar deferência àqueles. O livro aborda as novas formas de racismo que se manifestaram entre os brasileiros brancos na época da abolição e nas primeiras décadas posteriores, assim como trata da assimilação desse comportamento racista pelos imigrantes europeus, a maioria dos quais nunca tinha visto negros antes de chegar ao Brasil.

Talvez seja importante apresentar uma breve nota sobre o autor. Karl Martin Monsma nasceu

nos Estados Unidos. É doutor em Sociologia pela Universidade de Michigan. Na segunda metade da década de 1990, transferiu-se para o Brasil, onde lecionou na Universidade Federal de São Carlos, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos e, atualmente, é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Há mais de uma década Monsma empreende investigações acadêmicas, profere conferências, participa de congressos e publica artigos sobre os temas relacionados a racismo, imigração e identidades étnicas no Brasil. *A reprodução do racismo* significa a culminância desse longo projeto de estudos e pesquisas. Livro aguardado pelos especialistas, fundamenta-se nos preceitos da sociologia histórica. Para produzi-lo, o autor consultou uma admirável quantidade de fontes (sobretudo processos criminais, correspondência policial e, em menor escala, censos, livros de contas, legislação, relatórios, cartas de um grande fazendeiro, jornais), cotejou dados e informações.

O livro é dividido em seis capítulos. No primeiro, Monsma discute os conceitos — tais como “raça”, “racismo”, “racialização”, “habitus racial”, “etnicidade” — que serviram para nortear sua análise, bem como discorre sobre as teorias do racismo e sua reprodução. Segundo o autor, a reprodução do racismo ocorre no dia a dia e de geração a geração, envolvendo pelo menos cinco fatores interligados:

as instituições, as redes sociais, as representações e ideologias, as rotinas de interação social e o habitus racializado dos grupos dominantes e subordinados.. (p. 58)

No segundo capítulo, Monsma contextualiza o pós-abolição nas Américas e no Brasil, argumentando que um dos fatos mais “notáveis” em todos os países da região, com populações significativas de descendentes de europeus e africanos escravizados, é a persistência do racismo, ainda que assumindo diferentes roupagens a partir da abolição e da conquista de novos direitos por parte dos negros. Para compreender os processos de mutação do racismo, pondera Monsma, faz-se necessário examinar os detalhes das relações entre negros e brancos nas primeiras décadas do fim oficial do regime de cativo, levando em conta tanto as principais diferenças regionais quanto as tendências gerais que unificam o racismo e a experiência negra no pós-abolição.

À luz desse pressuposto, nos demais capítulos o autor se debruça sobre três conjuntos de relações tecidas no Oeste paulista pelo trio de protagonistas da trama, a saber: negros, brasileiros brancos ligados às elites e imigrantes. Começa abordando as relações entre negros e elites locais. Como os fazendeiros e seus prepostos, delegados de polícia e autoridades constituídas lidaram com a abolição? E como isso influenciou sua visão a respeito dos libertos? Essas são as ques-

tões centrais do terceiro capítulo. O autor sustenta a hipótese de que a insurgência dos escravos e libertos nos últimos anos do regime de cativo — via conspirações, fugas, rebeliões, agressões físicas, assassinatos de feitores e ameaças de morte a fazendeiros, seus administradores e suas famílias — deixou os fazendeiros e outras elites locais ressentidos, irados e com certo medo dos negros. No período imediatamente posterior ao 13 de maio de 1888, eles viam os libertos com um misto de suspeita, temor e ódio. Muitos defendiam medidas coercitivas para controlar e disciplinar os ex-cativos e obrigá-los a uma vida de sujeição e dependência. Outros queriam vingança pela “afrenta” que sofreram dos escravos rebeldes. Segundo o autor, um clima de animosidade dos fazendeiros e outras elites contra os negros azedou as relações raciais. Enquanto estes exigiam ser tratados como cidadãos, com respeito e dignidade, aqueles viam tal exigência como atrevimento ou desacato, reagindo com intolerância e violência. As forças policiais também reagiam com virulência e reprimiam os negros que não se colocavam no seu lugar. Às vezes, “a violência contra libertos ou outros negros tomava a forma coletiva e pública de linchamentos raciais”. (p. 27)

No quarto capítulo, Monsma explora como essas mesmas autoridades e elites locais percebiam e tratavam os imigrantes. A imigração subvencionada de europeus — sobretudo italianos — era o princi-

pal meio de recrutamento de mão de obra para as fazendas de café do Oeste paulista após a abolição. Nesse emergente mercado de trabalho “livre”, pondera o autor, os fazendeiros e seus administradores continuaram se valendo da violência e da intimidação para garantir o controle, a submissão e a disciplina. Tais práticas, forjadas na experiência do cativo, não desapareceram da noite para o dia depois de 13 de maio de 1888, fomentando o que Monsma qualifica como uma tendência de tratar como escravos os trabalhadores imigrantes. Estes não admitiam os abusos dos fazendeiros e seus prepostos, o que redundava em refregas cotidianas. O autor assinala que a situação se agravava quando os fazendeiros proibiam os trabalhadores de saírem antes do término dos seus contratos, devido ao transtorno ocasionado pela falta de mão de obra durante a colheita. Assim, boa parte da violência entre fazendeiros e imigrantes

relacionava-se com a insistência destes no direito de se demitirem e a recusa daqueles em permitir a saída. Nas cidades do interior paulista, também havia bastante conflito entre a polícia e os imigrantes. (p. 27)

O quinto capítulo é dedicado a examinar as relações entre imigrantes e negros, quer escravos, libertos ou nascidos livres. De acordo com Monsma, os imigrantes notavam como os brasileiros brancos tratavam os negros e logo aprenderam a importância de manter as distinções

de cor, com vistas a auferir reconhecimento e melhorar sua posição na sociedade. O autor argumenta que a ideologia racial hegemônica preconizava a superioridade de brancos europeus sobre negros, mas, na medida em que os imigrantes sofriam humilhações e maus-tratos dos fazendeiros e das autoridades policiais, eles temiam ser rebaixados à mesma condição estigmatizada dos negros. Ocupando posições sociais semelhantes, negros e imigrantes travavam embates diários, e estes se esforçavam para se diferenciar simbolicamente daqueles, reivindicando a superioridade. Na maior parte desses conflitos, afirma Monsma, “europeus reivindicavam a precedência ou teimavam em mandar e negros se recusavam a acatar ou se humilhar”. (p. 28) Com a intensificação do racismo dos imigrantes no pós-abolição, a amizade e a convivência amistosa entre estes e os negros teriam se desgastado ou estremecido. No campo e na cidade, empregadores imigrantes passaram a discriminar os negros explicitamente, o que colaborou para o estabelecimento de uma “linha de cor” de fato em vários locais do interior paulista.

Depois de apurar as relações tecidas entre o trio de protagonistas da trama, o livro aborda no sexto e último capítulos algumas das principais consequências dessa experiência histórica no Oeste paulista para as posições sociais e econômicas de negros e imigrantes. Se as desigualdades raciais entre esses grupos

eram relativamente pequenas no contexto da abolição, com o passar do tempo se ampliaram. O autor argumenta que, nas segunda e terceira gerações, muitos descendentes de imigrantes europeus prosperaram, adquirindo propriedades agrícolas, lojas e oficinas, ou progrediram no campo educacional, com alguns concluindo o ensino médio ou superior. Este nível de ascensão social era bem incomum entre os últimos cativos e seus descendentes.

Monsma aponta duas vantagens decisivas dos imigrantes. Em primeiro lugar, a existência de uma elite imigrante, que auxiliava seus conterrâneos pobres de várias formas, sobretudo garantindo-lhes empregos em suas lojas e oficinas nas cidades e reclamando junto ao governo dos abusos que seus conterrâneos sofriam de fazendeiros e policiais. Em contraste, não havia uma elite negra para ajudar seus “irmãos de cor” pobres e denunciar os abusos cometidos contra negros. Segundo, os imigrantes construíram redes sociais mais sólidas que aquelas tecidas pelos negros, em parte porque passaram a constituir a maioria da população em vários municípios, em parte pela atuação de suas lideranças, que publicavam jornais e erguiam associações e escolas destinadas às próprias comunidades étnicas. Com redes sociais de proteção e auxílio mútuo mais robustas, era mais fácil aos imigrantes se articularem para se defenderem das sevícias e arbitrariedades de fazendeiros ou da polícia, ou para hostilizar negros

que eles consideravam insolentes demais. Diante desse contexto, infere o autor, a maioria dos negros se manteve numa condição subordinada por algumas décadas depois da abolição, ao passo que uma parte dos imigrantes e descendentes passou por um processo significativo de mobilidade social.

A historiografia da escravidão brasileira e do processo da abolição avançou bastante nas últimas décadas, mas ainda se pesquisa pouco a vida dos libertos depois da Lei Áurea. A falta de conhecimento da vida cotidiana desses sujeitos e da natureza de suas relações com brancos no período imediatamente posterior à abolição dificulta o entendimento da reprodução da dominação racial durante o processo de substituição da mão de obra cativa pela “livre”. É nesse sentido que o livro *A reprodução do racismo* fornece, em vários momentos, contribuições significativas para a historiografia do pós-abolição no Brasil. Uma delas é colocar em xeque a assertiva segundo a qual o principal fator para o investimento no projeto de imigração — como o programa de imigração subvencionada do estado de São Paulo — era o desejo de branquear a população, em virtude de uma presunção de superioridade racial dos europeus. Monsma reconhece que as elites intelectuais e políticas da época se apropriaram dos postulados do racismo científico e acreditavam que o branqueamento da população fosse crucial para o progresso econômico, social, político e cultural, no entan-

to, o programa paulista de imigração subvencionada teria sido decidido não pelos intelectuais, mas pelos fazendeiros de café, que cumpriam um papel predominante na correlação de forças políticas do estado. O autor propõe um novo olhar para essa problemática. Boa parte das pesquisas sobre o racismo no período se concentra tão somente na história das ideias, com certa tendência a confundir as noções e narrativas de intelectuais urbanos — entusiastas do “branqueamento” do povo brasileiro como solução para o desenvolvimento nacional — com as aspirações e expectativas dos fazendeiros de café, preocupados fundamentalmente em assegurar a oferta abundante de mão de obra para sua lavoura.

Não devemos descartar a influência dos intelectuais, mas a história das ideias não pode substituir a história das práticas raciais (p. 110),

afirma Monsma.

Na época da abolição, os fazendeiros enfrentavam dificuldades cada vez maiores para controlar os trabalhadores. Muitos cafeicultores paulistas pensavam que libertos e outros trabalhadores nacionais levavam uma vida vadia, ou de muita autonomia, por isso só se empregariam na grande lavoura mediante a coerção. De fato, a população nacional, se tivesse outras opções de subsistência, geralmente não queria servir os fazendeiros, o que limitava a massa de trabalhadores disponíveis. Os fazendeiros até empregavam libertos e outros nacionais, mas

depender somente deles não teria sido uma opção viável para manter a oferta de mão de obra constante e limitar seus custos, em função da alta taxa de evasão desses trabalhadores. Para Monsma, a razão principal para a adoção do programa de imigração não seria o branqueamento e sim a crença de que a imigração em massa livraria os fazendeiros da dependência de negros e outros trabalhadores nacionais. Os fazendeiros também queriam usar a competição dos imigrantes para controlar os negros e recolocá-los no “seu lugar”. A intenção explícita dos fazendeiros, afirma o autor, era

inundar o mercado de trabalho com imigrantes para baratear os salários e disciplinar todos os trabalhadores, tanto estrangeiros como nacionais. (p. 86)

Outra tese questionada pelo livro é a de que os negros, particularmente os libertos, foram alijados das atividades produtivas mais estáveis e rentáveis pela competição dos imigrantes. O autor colige informações e dados comprobatórios de que, embora os imigrantes levassem vantagem no mercado de trabalho no Oeste paulista, os libertos e outros negros não ficaram totalmente excluídos do colonato ou de outros empregos da economia do café, sem falar de uma ampla variedade de ofícios urbanos. Outra assertiva criticada é a do liberto “anômico”, sem laços sociais, sem disciplina interna, sem inclinação à labuta diária. O autor apresenta evidências de que os

libertos valorizavam as uniões familiares, investiam nos casamentos e se esforçavam para se posicionar no sistema ocupacional, de modo que, vinte anos depois da abolição, a grande maioria dos negros no Oeste paulista ocupava algum posto laboral.

A abolição trouxe mudanças legais nítidas, mas ficava indefinida a nova posição do negro na sociedade. Se os ex-escravos e outros negros esperavam a cidadania plena e a igualdade real, muitos ex-senhores e outros brancos continuavam vendo-os como natural e permanentemente inferiores, nascidos para servir, dependentes e marcados, na cor da pele, pelo estigma da escravidão. As percepções raciais dos brasileiros brancos ligados às elites teriam sido internalizadas pelos imigrantes, que procuravam se distinguir simbolicamente dos negros. Quando estes afirmavam sua dignidade e reivindicavam respeito, aqueles interpretavam tal atitude como desacato ou ultraje, daí os atritos, que amiúde descambavam em ofensas verbais ou físicas. Em alguns momentos, a escalada de violência contra os negros teria assumido contornos dramáticos. Uma das revelações mais originais do livro são os linchamentos raciais. Monsma encontrou, nas fontes policiais consultadas, informações sobre cinco linchamentos de negros no Oeste paulista nos primeiros sete anos após a abolição.¹ As circunstâncias, a crueldade

e os elementos rituais desses linchamentos — tais como a tortura, a mutilação dos corpos das vítimas e a tendência de pendurá-los em árvores nas praças centrais das cidades do interior — indicam semelhanças com os linchamentos norte-americanos. Esses assassinatos coletivos de negros, adverte o autor, provocavam grande repercussão local e, como forma de terrorismo racial, serviam para intimidar os negros e restringir sua autoconfiança, ousadia ou mera ambição.

No último capítulo, Monsma focaliza especialmente o primeiro quarto de século pós-abolição. Este período teria sido de suma importância para a subordinação continuada dos negros e a ampliação das desigualdades verificadas até hoje entre estes e os descendentes de imigrantes europeus. Contudo, para entender os processos envolvidos na perpetuação das desigualdades raciais no tempo presente, também haveria a necessidade de pesquisar o período subsequente ao limite temporal do livro. O autor assim o faz, na última parte do capítulo, elaborando algumas hipóteses sobre como o legado racista — no mercado de trabalho, no sistema educacional, na distribuição regional da população — se entrelaçou com as políticas públicas e a desigualdade social em distintas épocas para am-

¹ Monsma informa que o “número total de linchamentos raciais ocorridos no interior

paulista nesse período sem dúvida era maior, porque somente uma amostra de municípios foi selecionada para a leitura sistemática de toda a correspondência policial”. (p. 138)

pliar a desigualdade racial. Neste tópico, a pesquisa de Monsma perde força analítica e empírica. Isso em nada diminui, entretanto, o valor de um livro de fôlego, erudito, genuíno, fartamente documentado e embasado, que desafia algumas explicações consagradas da historiografia. Livro para ser lido e debatido.

É escusado dizer que o tema é mais que oportuno no atual contexto brasileiro, vez que aborda os processos de reprodução e transformação do racismo nada cordial de brancos contra negros, processos que foram influenciados pela herança da escravidão, pelo racismo das elites

políticas e econômicas do final do século XIX e início do XX, mas também pelo racismo dos próprios imigrantes e seus descendentes, cujas práticas de discriminação racial perduram. Isso significa, como o autor ressalta na conclusão, que não é somente o Estado brasileiro que tem uma dívida histórica com os descendentes de africanos escravizados. Atores da sociedade civil — a população branca, inclusive os imigrantes e seus descendentes — igualmente foram corresponsáveis, ou no mínimo se beneficiaram, e ainda se beneficiam, da condição subordinada da população negra.

Petrônio Domingues

Universidade Federal de Sergipe
pjdomingues@yahoo.com.br